

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE
CAMPINAS S.A. - CEASA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

CONTEÚDO

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração das origens e aplicações de recursos

Notas explicativas às demonstrações contábeis



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
Rua Barão de Jaguará, 707
Centro Empresarial de Campinas
Bloco Amadeus - 11º andar
Campinas - SP - Brasil
13015-001

Tel.: +55 (19) 3239-3000
Fax.: +55 (19) 3239-3000
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA
Campinas - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas e o nosso parecer, datado de 2 de fevereiro de 2007, indicava parágrafo de ênfase relativo à realização de um volume significativo de operações com partes relacionadas (prefeitura de Campinas) em condições definidas entre elas. Portanto, caso tivessem sido realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações poderiam ser diferentes.

Campinas, 1º de fevereiro de 2008

Eduardo da Silva Baptista
Sócio-contador
CRC 1SP239607/O-5
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE CAMPINAS S.A. - CEASA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - Ceasa é uma sociedade de economia mista, constituída em 1975, com participação da prefeitura de Campinas. A sociedade tem como principal objeto a constituição, instalação, administração e permissionamento de espaço nas centrais de abastecimento e hortomercados, traçando diretrizes para a comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A Ceasa administra os cardápios referentes às merendas do convênio “Programa de Alimentação Escolar” da prefeitura de Campinas, cobrindo 100% das escolas públicas localizadas no município. Além desse, a Ceasa administra também o convênio “Banco de Alimentos”, que tem por finalidade a recepção de alimentos impróprios para venda por parte de grandes redes de supermercados, mas ainda apropriados para consumo humano, que são posteriormente passados para entidades assistenciais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei nº 6.404/76) e incorporam as alterações trazidas pelas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 27.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Algumas alterações devem ser aplicadas a partir do início do próximo exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores.

As principais modificações que terão efeito a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 podem ser sumarizadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) Intangível; e (ii) Ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros.
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Introdução do conceito de ajustes a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as curto prazo.
- Eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que a Lei entrar em vigor.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e de algumas ainda dependerem de normalização dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Companhia ainda não conseguiu avaliar todos os efeitos que as referidas alterações causarão em suas demonstrações contábeis e nos resultados dos exercícios seguintes.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Resultado

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a contribuição social é calculada pela alíquota de 9%, quanto da existência de lucro real.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

3.2. Ativos circulantes

Provisão para devedores duvidosos

Foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos dos títulos vencidos e foi constituída adotando-se o seguinte critério:

<u>Descrição</u>	<u>Provisão %</u>
Permissionários em processo de cancelamento	100
Permissionários com ação consignatória	30

Estoques

Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

3.3. Ativos não circulantes

Imobilizado

Os saldos das rubricas "Instalações, máquinas, equipamentos e ferramentas, computadores e periféricos, veículos, móveis e utensílios e outros" estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. Já os saldos das rubricas "Terrenos, Edificações e Urbanizações" estão registrados pelo valor de mercado por meio da reavaliação contabilizada em 2 de setembro de 2004, baseada em laudo de peritos independentes, com contrapartida no patrimônio líquido, realizada contra a conta de prejuízos acumulados, mediante depreciação e alienação dos bens que a originou.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas que levam em consideração a vida útil dos bens e estão mencionadas na nota explicativa nº 9.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao valor de aquisição, acrescido com rendimento auferido até a data do balanço e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

3.5. Passivos não circulantes

Provisão para contingências

A Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em andamento, cuja probabilidade de perda é considerada possível ou provável, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

3.6. Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos financeiros.

4. **DISPONIBILIDADES**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Caixa	7	22
Bancos	1.312	657
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>315</u>	<u>1.818</u>
	<u>1.635</u>	<u>2.497</u>

5. **CONTAS A RECEBER**

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Permissionários a receber	832	528
Provisão para devedores duvidosos	<u>(45)</u>	<u>(36)</u>
	<u>787</u>	<u>492</u>

6. PREFEITURA DE CAMPINAS

Natureza das operações	2007		2006	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Convênio - Programa de alimentação escolar (1)	786	-	811	-
Convênio - Banco de alimentos (1 e 2)	26	-	-	83
Convênio - Programa MDS-Banco de alimentos (2)	-	-	-	29
	<u>812</u>	<u>-</u>	<u>811</u>	<u>112</u>

- (1) Refere-se a valores a receber decorrente do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.
- (2) Refere-se aos valores adiantados para pagamento dos gastos decorrentes dos respectivos programas. Não há contrato de mútuo, vencimento ou encargos remuneratórios.

7. ESTOQUES

	2007	2006
Material para consumo próprio da Ceasa	153	133
Compra para revenda – Programa de alimentação escolar	70	464
	<u>223</u>	<u>597</u>

8. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em 2006, o saldo era representado por depósitos judiciais de ações trabalhistas, acordos com permissionários, cujos direitos eram realizáveis após 12 meses, e saldo a receber de permissionários com valores vencidos que estavam na esfera judicial. A Administração constitui 100% de provisão para devedores duvidosos para o saldo dos permissionários em atraso que estão em juízo por entender que esses créditos são de difícil realização.

Em 2007, o saldo é representado pela Ação de Execução de Título Extrajudicial, que a Companhia protocolou contra o Supermercados Ven-Ká Ltda., no montante principal de R\$54 mil, referente a 10 meses e 26 dias proporcionais de aluguel. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a possibilidade de recebimento deste crédito é de 30%. Deste modo, a Companhia constituiu 70% de provisão para perda.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				2007	2006
Edificações	1,69 a 2,86	7.638	(3.098)	4.540	4.208
Instalações	10	2.019	(854)	1.164	233
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	1.299	(354)	945	1.069
Urbanizações	2,33 a 3,33	1.181	(502)	679	732
Terrenos		627	-	627	627
Computadores e Periféricos	20	651	(318)	334	-
Móveis e utensílios	10	282	(190)	92	67
Obras em andamento (*)	-	48	-	48	73
Veículos	20	506	(484)	23	61
Outros	10 e 20	984	(633)	351	113
		15.234	(6.432)	8.802	7.183
Ativos reavaliados					
Edificações	1,69 a 2,86	48.405	(3.658)	44.747	45.845
Terrenos		35.053	-	35.053	35.053
Urbanizações	2,33 a 3,33	4.575	(410)	4.165	4.288
		88.033	(4.068)	83.965	85.186
		<u>103.268</u>	<u>(10.500)</u>	<u>92.768</u>	<u>92.369</u>

(*) Em 2007, o saldo da conta refere-se a projetos de engenharia para construção do Pavilhão de Beneficiamento 3 (PB3), com previsão de conclusão em dois anos. Já em 2006, o saldo da conta referia-se à primeira parcela dos gastos com coberturas metálicas sobre as plataformas traseiras dos boxes dos galpões permanentes, cuja conclusão foi em janeiro de 2007.

Reavaliação de ativos

Em 16 de julho de 2004, foi emitido o laudo de reavaliação por empresa especializada, tendo como data-base o mês de junho de 2004.

O referido laudo foi aprovado pela Assembléia de Acionistas em 2 de setembro de 2004. O resultado dessa reavaliação está a seguir demonstrado:

	<u>Valor reavaliado</u>	<u>Valor contábil líquido</u>	<u>Mais valia</u>
Edificações	52.696	4.291	48.405
Terrenos	35.680	627	35.053
Urbanizações	<u>5.431</u>	<u>856</u>	<u>4.575</u>
Totais	<u><u>93.807</u></u>	<u><u>5.774</u></u>	<u><u>88.033</u></u>

A mais valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido da sociedade. O valor reavaliado dos terrenos, edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação.

10. FORNECEDORES

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Convênio - Programa de alimentação escolar	1.403	1.324
Permissão de uso - Ceasa	605	717
Convênio - Banco municipal de alimentos	<u>9</u>	<u>3</u>
	<u><u>2.018</u></u>	<u><u>2.044</u></u>

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

Referem-se ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido devidos sobre a realização futura da reserva de reavaliação, constituída em 2 de setembro de 2004.

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
IRPJ diferido - reavaliação	12.204	12.509
CSLL diferido - reavaliação	<u>4.402</u>	<u>4.512</u>
	<u><u>16.606</u></u>	<u><u>17.021</u></u>

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável e possível, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores originais dos processos.

Natureza	Probabilidade de perda				Contingências	Depósitos e bloqueios judiciais (*)	Provisionado	
	Provável	Possível	Remota	Total			2007	2006
Trabalhista - Ceasa (6 processos)	3	76	611	690	79	(8)	71	79
Trabalhista - Terceirizadas (512 processos)	1.127	776	99	2.002	1.903	(408)	1.495	503
Cíveis (31 processos)	29	-	54	83	29	-	29	29
	<u>1.159</u>	<u>852</u>	<u>764</u>	<u>2.775</u>	<u>2.011</u>	<u>(416)</u>	<u>1.595</u>	<u>611</u>

(*) Valores reclassificados para o passivo.

12.1. Trabalhistas - Ceasa

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

12.2. Trabalhistas - Terceirizadas

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Em outubro de 2007, por determinação judicial, houve bloqueio judicial nas contas da Ceasa no montante de R\$181 mil, por conta dos processos trabalhistas movidos pelos ex-funcionários da empresa terceirizada Cadastro Administração e Serviços S/C Ltda., onde a Ceasa juntamente com a prefeitura de Campinas respondem subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, em dezembro de 2007, os consultores jurídicos da Companhia sugeriram acordos judiciais junto aos reclamantes, que foram aceitos e proporcionaram desembolsos em torno de 70% a 80% do valor das causas. Os acordos foram reconhecidos no resultado como despesas com indenizações trabalhistas judiciais no montante de R\$555 mil e serão liquidados no decorrer do exercício de 2008. Quanto aos processos que ainda não foram realizadas audiências, a Companhia efetuou provisão para contingências no montante de R\$1.109 mil, classificando a probabilidade de perda como provável.

12.3. Cíveis

Em sua maioria referem-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Ceasa.

Administração decidiu provisionar o valor de R\$1.595, líquido dos depósitos judiciais, referente aos processos cujas expectativas de perdas são prováveis ou possíveis.

13. CAPITAL SOCIAL

O capital social, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 8.562.223 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, distribuídas a 99,99% das ações para a prefeitura de Campinas e 0,01% entre outros acionistas.

14. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

O saldo é representado pelas indenizações recebidas da empresa Unibanco AIG Seguros S.A., referente ao sinistro de dois veículos e reembolso dos custos com a manutenção dos prédios danificados pelo vendaval que atingiu a Companhia.

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Indenização seguro sinistro veículos	34	-
Indenização seguro sinistro prédios	79	1
	<u>113</u>	<u>1</u>

15. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2007			2006		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízo líquido antes dos impostos	(1.929)	(1.929)		(98)	(98)	
(+) Despesas não dedutíveis permanentes e temporárias	2.931	2.953		1.543	1.564	
(-) Receitas temporárias não tributáveis	(201)	(201)		(114)	(114)	
Lucro real/base de cálculo da CSLL	800	823		1.331	1.352	
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	(240)	-		(399)	-	
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	(247)		-	(406)	
Lucro real/base de cálculo da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	560	576		932	946	
Imposto de renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 240)	116	-		209	-	
Contribuição social - alíquota 9%	-	52		-	85	
(-) dedução incentivos fiscais - PAT	(3)					
Total do imposto de renda e contribuição social	113	52	165	209	85	294

A Companhia não efetuou a provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade.

15.1. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

	2007	2006
Prejuízos fiscais	69	309
Base negativa da contribuição social	460	707

16. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia possui seguros em montantes considerados suficientes pela Administração, para cobertura de eventuais sinistros de seus imóveis e veículos.

Itens segurados	Risco coberto	Valor segurado	
		2007	2006
Edifício + conteúdo	Incêndio, raio e explosão	27.200	27.000
	Vendaval	5.440	5.500
	Danos elétricos	2.720	1.700
	Tumulto, saques e atos dolosos	500	500
	Desmoroamento	200	120
	Roubo, furto qualificado de bens e mercadorias	200	80
	Responsabilidade civil	500	-
Veículos	Colisão, incêndio, roubo e furto	Valor de mercado	Valor de mercado
	Danos materiais e danos pessoais	3.225	3.350

17. DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações contábeis, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia:

	2007	2006
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(1.679)	23
Imposto de renda e contribuição social - corrente	165	294
Imposto de renda e contribuição social - reversão	(415)	(415)
Depreciação	1.933	1.877
EBITDA	4	1.779

* * *